

JT
 ANC 8
 Pasta 16 a 20
 Novembro/87
 107

Política

Depois de 55 dias, o trabalho da Comissão de Sistematização está terminado. A partir de agora, as discussões passam para o plenário, com a participação de todos os constituintes. Se a mudança do regimento interno, proposta pelo Centrão, passar sem discussões, a votação da Carta pode começar no dia 9.

Agora, é com o plenário.

A Comissão de Sistematização da Constituinte volta a reunir-se hoje, mas apenas para aprovar a redação final do último título dos substitutivo, o das Disposições Transitórias, cuja votação foi ontem concluída, e para fazer uma espécie de encerramento solene dessa fase de trabalho.

Nessa reunião, marcada para as 15 horas, será apresentado breve balanço das atividades da comissão nesses 55 dias, quase ininterruptos, de votação de destaques de emendas ou de partes do substitutivo Bernardo Cabral para exame em separado.

Deverão falar, na oportunidade, os líderes partidários, o relator e o presidente da comissão, senador Afonso Arinos.

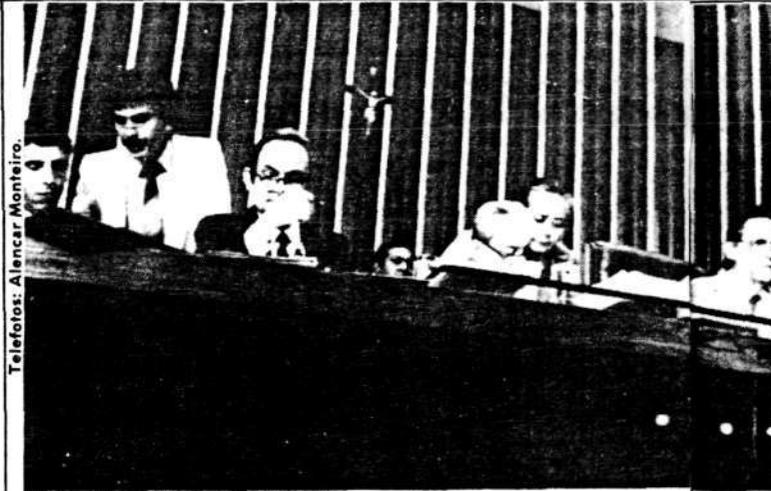
"O plenário da Assembleia Nacional Constituinte vai deliberar sobre um documento que contempla reais e importantes avanços no direito constitucional brasileiro" — avaliou ontem o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), sobre os 55 dias de votações da comissão sobre o chamado "Cabral 2".

Citando números expressivos, o deputado Bernardo Cabral considera que a comissão, em reuniões que se iniciaram a 24 de setembro, examinou 8.377 destaques referentes a propostas supressivas e 3.511 emendas. Até as 13 horas de ontem, segundo estatísticas apontadas pelo relator, a comissão aprovou 203 alterações ao substitutivo e considerou, rejeitando ou acolhendo a prejudicialidade, 492 proposições, o que representa que a Sistematização examinou 2.592 proposições, somando os destaques retirados antes ou depois do encaminhamento.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), considerou que o parlamentarismo foi a principal contribuição político-jurídica à futura Constituição. Esse sistema representa "uma esperança de funcionamento dos poderes do Estado em relação à solução dos problemas sociais".

Numa avaliação dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o senador Afonso Arinos chamou a atenção para um ponto, como base de raciocínio: "Pela primeira vez na história constitucional do Brasil está sendo elaborada uma Constituição sem um anteprojeto, o que está causando esse aluvião de contribuições que não são específicas, mas que exprimem mais uma fisionomia sócio-cultural do que uma regulamentação jurídica dos poderes do estado".

A Comissão de Sistematização não se dissolve hoje. Depois que seu substitutivo



Cabral, Benevides e San'Anna...



... fim dos trabalhos na Sistematização.

A Mesa da Constituinte reúne-se hoje para aprovar o calendário dos seus trabalhos. Outra questão a ser tratada é a alteração do próprio regimento, que passa pelo projeto de resolução do Centrão e pelo substitutivo de Mauro Benevides.

Se houver entendimento prévio entre as lideranças, a votação das alterações no regimento poderá ser realizada na terça-feira, em reunião extraordinária do plenário. Até lá, a Câmara e o Senado farão reuniões separadas e conjuntas para votar diversas matérias da legislação ordinária, entre elas a proposta de orçamento da União e o projeto do software.

Presidente interino da Constituinte, o senador Mauro Benevides disse ter sido surpreendido com o grande número de emendas — 46 — apresentadas ao parecer

Centrão já tem idéia do que quer mudar

que apresentou ao projeto de resolução do Centrão. "A ausência do deputado Ulysses Guimarães, que estava conduzindo os entendimentos, vai retardar um pouco a conclusão do assunto, mas esperamos votar tudo até terça-feira, no máximo, para evitar atrasos nos nossos trabalhos" — disse.

Enquanto isso, coordenadores do grupo Centrão estão preparando os pontos do substitutivo de Bernardo Cabral que deverão ser modificados no plenário, a partir da aprovação do novo regimento. Segundo o deputado Afif Domingos, 50 pontos do substitutivo já foram assinalados no levantamento técnico preliminar.

"Agora vamos fazer um balanço político dos pontos a serem modificados, para enxugar, o máximo possível, as emendas a serem apresentadas." O Centrão, segundo ele, quer modificar "o mínimo possível para obter o máximo de consenso". O grupo já decidiu, ainda, conforme informou o deputado, concentrar-se nas questões de ordem social e econômica, evitando as matérias políticas, onde "difícilmente conseguirá reunir seus 312 constituintes".

Belo trabalho. Opinião da OAB.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem ao colégio dos presidentes da Ordem que a Comissão de Sistematização fechou "com chave de ouro" seu trabalho mostrando independência diante do Poder Executivo e sintonia com a sociedade. Isso foi selado com a

decisão de encurtar o mandato do presidente Sarney para quatro anos, cumprindo uma das metas da transição proposta por Tancredo Neves.

Na avaliação que o presidente da OAB fez, a Comissão de Sistematização começou seu trabalho cercada pela descrença, depois foi

objeto da deterioração da sua imagem na tentativa de ser levada ao ridículo e desestabilizada, mas terminou fortalecida. Para Márcio Thomaz Bastos, o fortalecimento está calcado na independência que foi reafirmada e na sintonia com o que quer a sociedade brasileira. Com isso, fica cumprido

o prazo da transição com o fortalecimento do Congresso Constituinte.

Thomaz Bastos também defendeu o regimento da Constituinte, que foi elaborado de "forma democrática". E, numa avaliação da situação da OAB junto à Assembleia Nacional, destacou que a

entidade preferiu oferecer um assessoramento, sem formar lobby. Ele criticou o lobby "pesado e terrorista" dos juizes que "perderam a noção de distanciamento que lhes é característica" colocando em plenário 60 juizes para pressionar os constituintes.

Mesmo na fase fi-

nal da Constituinte, a OAB não vai fazer lobby, mas manter "o farol alto e voltado para as questões de interesse nacional". E vai lutar pela inserção constitucional da advocacia, a criação do Tribunal Constitucional (derrubado pelo Superior Tribunal Federal) e pelo Conselho Nacional de Justiça.

passar pelo plenário, caberá a ela elaborar a redação "do vencido", ou seja, do que o plenário aprovou. Esse texto voltará, a seguir, ao plenário, por 15 dias, para a discussão em segundo turno, quando então só serão admitidas "emendas supressivas ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação, para correção de linguagem". No segundo turno, a votação do projeto será feita em globo, ressalvadas as emendas e os destaques para exame em separado. O próprio relator fez questão de lembrar que apesar das críticas formuladas por quase todos os setores ao seu substitutivo, o plenário da comissão manteve de 90 a 95% do texto por ele proposto.

O cronograma de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte dependerá, agora, da sessão plenária, prevista para a próxima terça-feira, dia 24, quando a proposta de alteração do Regimento Interno apresentada pelo Centrão, bem como a contraproposta levada como resposta por Ulysses Guimarães na semana passada e o substitutivo a ela, novamente do Centrão, forem votados.

Na hipótese de um único dia ser suficiente para resolver o tão polêmico Regimento Interno, o que alguns constituintes, como o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), consideram muito difícil, já haveria um provável calendário, que, cumprido à risca, estabeleceria a data de 9 de dezembro como o primeiro dia para apreciação e votação de todo o projeto de Constituição, com as alterações feitas pela Comissão de Sistematização e com as inovações que seriam possíveis ao relator Bernardo Cabral introduzir por conta da apresentação de novas emendas de plenário.

De todo modo, uma coisa pelo menos é certa: no dia seguinte à aprovação das alterações ao Regimento Interno é publicado o novo regimento e no dia seguinte será aberto um prazo de três dias para que os constituintes possam apresentar emendas ao "Cabral 2", alterado pelas votações da Comissão de Sistematização. A partir daí, o relator Bernardo Cabral terá igualmente três dias para preparar seu novo parecer sobre as emendas, o que resultará no "Cabral 3". Publicado o parecer no prazo de 24 horas, abre-se mais três dias para que os constituintes possam apresentar destaques, e, após dois dias mais, para ordenamento desses destaques e sua publicação, começa a votação em primeiro turno no plenário, sem prazo algum para terminar.